

A BIBLIOTECA PÚBLICA E OUTROS ESPAÇOS DE LEITURA NO FAZER HISTÓRICO: GENERALIZAÇÃO E PARTICULARIDADES

Keila Matida de Melo¹

Os movimentos revolucionários que marcaram o Ocidente no século XVIII consolidaram os propósitos de uma sociedade moderna ao ruir o alicerce que sustentava o Antigo Regime. Isso implicou mudanças culturais que atingiram uma dimensão mundial, das quais adveio uma preocupação com a criação da biblioteca pública. Vale salientar, no entanto, que o berço de uma biblioteca não guarda uma existência efetivamente real, pois sobre esse espaço de leitura recaem imagens, representações e símbolos que o aproximam e o distanciam da realidade, e que se prolongam no tempo como certos e incertos.

Para Goulemot (2011, p. 28), a primeira biblioteca pública foi a biblioteca de Alexandria, decidida por uma memória cultural, e “[...] Por “biblioteca pública”, é preciso entender aqui mais certamente uma biblioteca que assegurou amplamente a publicidade de sua existência e de sua riqueza sem se preocupar muito com sua abertura a um leitorado mais popular e mais numeroso”. Sonhos e mitos, contradições e paradoxos envolvem a criação das bibliotecas independentemente da adjetivação que a nomeia, envolvem ainda o público a ela destinado.

Se as primeiras catedrais de papel eram privadas e atendiam aos interesses de seus proprietários como reis e filósofos, algumas delas também adquiriram estado de semipública porque eram abertas a um grupo reservado, aos membros de um Liceu, por exemplo, na época de Aristóteles (GOULEMOT, 2011). Não havia, em determinados contextos históricos, interesse pela abertura dessa instituição cultural a um público mais amplo.

No entanto, a “publicidade da existência e da riqueza” de uma biblioteca foi assegurada pelo imaginário construído sobre ela. Memória cultural de um espaço de leitura cuja pretensão seria deter a posse, o domínio, o poder, a memória, o saber, o patrimônio cultural de uma nação, da própria civilização. Nela e com ela representações e práticas de leitura configuraram-na como espaço de sacralidade, tais quais os mosteiros medievais; de reflexão intelectual, como as bibliotecas em universidades; de leitura restritiva, como as bibliotecas particulares; de leituras ordinárias, como as bibliotecas abertas ao público.

Todas elas, cada uma a seu modo, apontam traços de um passado de permanência que associa a biblioteca a um poder-saber que se detém; a um lugar de onde se ampara; a um espaço que se reconhece revolucionário porque não sujeito a “imposições”, mas detentor de certas verdades legadas culturalmente ou firmadas na razão. A biblioteca se apresenta como poder simbólico caracterizado como

[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2007, p. 14, grifo do autor).

Poder simbólico alimentado pelo imaginário social, entendido como parte do campo das representações, mas que desse terreno “não simplesmente transborda em imagens do intelecto,

¹ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Professora da Universidade Federal de Goiás. E-mail: keilamatida@gmail.com.

mas criadora, poética no sentido etimológico do termo. O imaginário [...] é levado adiante pela fantasia [...] constrói e alimenta lendas e mitos” (LE GOFF, 2009, p. 12).

Não sem razão, sobre a biblioteca recai o desejo de possuir todos os livros do mundo, de deter todos os saberes, os conhecimentos sobre todas as culturas. “Quer se tenha ou não consciência disso, toda biblioteca obedece a uma vocação prometeica: igualar-se a (os) Deus (es) tornando-se donos dos saberes, organizando a resistência ao tempo destruidor, alcançando um poder que ameaça a desordem do mundo”, afirma Goulemot (2011, p. 32).

Propósito amplo e perigoso, o qual configura as inúmeras justificativas de censura, interdição e destruição de livros e bibliotecas na história da humanidade, como se o apagamento de rastros e de vestígios pudesse supor esquecimento, não proliferação. A biblioteca mantém-se imortal por dois motivos. Primeiro porque uma biblioteca sobrevive para além de uma delimitação espacial como pelas representações, práticas e apropriações de leitura que passam a constituir uma memória cultural, como já foi dito. Razão pelo qual Schapochnik (1999) apreende em seu estudo sentidos para a biblioteca como “jardim das delícias” e palácio. Segundo porque o objeto-chave da biblioteca é o livro, que quando apropriado pelo leitor, prolifera-se pelo poder da escrita.

Em função do temor que a leitura ocasiona, o controle exercido sobre a biblioteca é muitas vezes associado ao interesse na relação entre os detentores de poder, como o rei, a igreja, o Estado, e, quem sabe, o *Google*, e a criação ou monopólio desses espaços de leitura. Situação que se relaciona com a própria discussão acerca do público e do privado, a qual incide a questão da autoridade, já que o poder simbólico que abriga a biblioteca é estratégia mediada pela força.

Dos sentidos, então, construídos sobre essa instituição de leitura emergem interesses que não apenas redefinem a realidade atual, mas também anunciam um prolongar-se de pretensões angariadas sobretudo por palavras que geram fazeres. Desse modo, é pretensão deste estudo revisitar tais sentidos e, para isso, este texto apresenta-se da seguinte forma: num primeiro momento, a biblioteca pública advinda dos movimentos revolucionários que marcaram o Ocidente é registrada, especialmente em sua dimensão discursiva; posteriormente, evidencia-se a biblioteca pública e outros espaços formais de leitura.

Gênese da biblioteca pública nos movimentos revolucionários

Fatores contribuíram para que os movimentos revolucionários que marcaram a história da humanidade, numa visão ocidental, como o Iluminismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa ganhassem consistência. Fomentados discursivamente, provocando “impacto” numa compreensão coletiva de realidade, tais movimentos foram sendo construídos. Exemplo disso pode ser percebido no estudo de Ortiz (1991) sobre a França no século XIX, cujo propósito era entender o processo de mundialização da cultura tendo como eixo o advento da modernidade, e como modelo Paris.

A Revolução Industrial e a Revolução Francesa, para ele, definem os dois momentos porque passam a história de uma civilização mundial e caracterizam a problemática em que a cultura se manifesta. A divisão entre duas França, uma ao Norte, concentrando as instituições escolares; outra ao Sul, carente desses processos formativos, já caracterizava um lado *obsuro* e um lado *esclarecido* de um mesmo país. Somada a uma França *esclarecida*, acrescentaram-se novos termos como riqueza, progresso e desenvolvimento em contraposição à pobreza, ao arcaico e ao subdesenvolvido.

Isso foi justificativa que alimentou o pensamento político e educacional republicano por realidades que se contrapunham e assumiam caráter revolucionário pelo uso da língua. O próprio adjetivo “revolucionário”, segundo Langins (1997), foi cunhado na Revolução

Francesa, fez parte do jargão político do modelo de ensino superior científico e técnico da *École Polytechnique*, e assim se legitimou. “A palavra também refletia a ideia de que a instituição [a Escola Politécnica] era radicalmente nova e contribuiria com os tipos de ‘revoluções’ na ciência que apareceram logo após a grande revolução política de 1789”², acrescenta Langins (1997, p. 161, grifo do autor).

Em Goiás, tradição e modernidade fundamentaram discursos mudancistas e antimudancistas na construção de Goiânia no sertão do Brasil no século XX, enfatiza Melo (2007). O discurso de *modernidade* já se digladiava com o de *decadência* ainda no século XIX, como mostra Assis (2007) ao analisar o primeiro periódico goiano, criado em 1830, *A Matutina Meiapontense*. Discursos que se contrapunham e anunciavam o novo, o diferente, o moderno e o civilizado foram decorrentes da racionalidade instituída pelo Iluminismo no século XVIII. A Era da Razão tinha como propósito reformular a sociedade, e essa reformulação ocorria especialmente no “deslocamento de consciência”³.

A própria tradição popular foi sendo enfraquecida no decorrer dos tempos, pois ela simbolizava o contraponto da razão: a *ignorância*, a *obscuridade*. Ela sintetizava o painel de uma Europa agrícola, restrita aos seus próprios limites e fronteiras, centrada no ciclo da natureza, alicerçada na solidariedade coletiva, afirma Ortiz (1991), imagem que não mais retratava os novos tempos: de uma Europa moderna, industrializada, superando fronteiras, embasada na ciência, fundamentada na formação do cidadão. O êxodo rural e o intercâmbio de novas ideias firmadas num ambiente urbano, a escola obrigatória, o desmoronamento do poder da igreja, o estabelecimento de uma nova ordem política, econômica e cultural, intitulada “democrático-burguesa”, contribuíram para que mudanças fossem efetivadas.

Como um reino sem fronteiras, credenciais e obediências, a autoridade da igreja, do monarca, do próprio Estado, dentre outras, foi colocada em questão. A circulação de ideias pelo aumento de materiais impressos nos meios sociais, pelo crescente número de pessoas alfabetizadas, pela criação de espaços públicos de leitura favoreceu a politização de um público que se mostrava interessado por leitura nesse período. Num momento de instabilidade e incerteza, os filósofos e escritores do século XVIII difundiam a possibilidade de uma sociedade que poderia ser igualitária, sustentada na crença do progresso e do desenvolvimento, em que direitos iguais pudessem ser constituídos como princípio de dignidade.

Se os direitos seriam iguais, o ensino também seria direito para os que combatessem o Antigo Regime, segundo Lopes (1981), já que o progresso não se fundamentaria na oralidade, firmada nas credências e nas tradições culturais, mas em uma “prática escriturística”, como mostra Certeau (2005). Antes de o ensino ganhar dimensão pública, não se poderia afirmar que os livros dos filósofos iluministas atingissem em grande parte o leitor popular, mas que leituras consideradas corrosivas, proibidas, difamadoras e profanas, provenientes muitas vezes de libelos e panfletos políticos, ajudaram a ruir crenças, poderes de autoridades, e propiciaram uma compreensão de mundo, e conseqüentemente atuação na realidade tendo em vista as mudanças anunciadas.

De acordo com Chartier (2009), a posse do livro e o aumento de acervos em bibliotecas puderam ser percebidos nos inventários pós-morte de pessoas simples, de domésticos e de trabalhadores na França em 1780. Lugares públicos de pessoas privadas, como os livreiros na França após 1760, também “ofertavam” livros e impressos aos inúmeros leitores que se constituíam com o aumento da alfabetização: os gabinetes de leitura e bancas de empréstimo de livros. No mercado do livro, o estremecimento da autoridade da igreja católica foi sentido a

² A revolução política de 1789 foi a Queda da Bastilha, considerada um dos fatores que ensejou a Revolução Francesa.

³ Termo tomado de empréstimo de Chartier (2009).

partir do século XVIII, em que houve uma queda significativa na solicitação de livros religiosos e o aumento no crescimento de livros relacionados à arte e à ciência.

Painel de uma nova organização social que se formava, e que inclusive definia ignorantes e cultos, leitores e não-leitores como representação de uma sociedade moderna, não mais firmada em dogmas religiosos ou credices populares, e sim sustentada pelo discurso da razão, da cientificidade, da escolarização. Ao tentar entender esse período, Chartier (2009) compara, a partir dos estudos de Lawrence Stone sobre a Revolução Inglesa, as pré-condições intelectuais e culturais que tornaram possível também o acontecimento da Revolução Francesa. Alguns desses fatores foram: a perda da autoridade, o amparo jurídico, a criação da nação e o ceticismo.

“Igualdade, liberdade e fraternidade”, emblema da Revolução Francesa acompanhada das mudanças decorrentes do avanço da Revolução Industrial que rompia fronteiras e interligava países, alicerçada em símbolos da modernidade, os quais contribuíram para uma alteração da compreensão acerca de corte/capital e capital/províncias configuraram novos alicerces de poder. Uma consciência de unidade mental e cultural, cujas leis do Estado passariam a ser aderidas, foi necessária para uma certa elaboração nacional, afirma Ortiz (1991). Os desafios do Estado-Nação, nesse sentido, diziam respeito à unidade linguística, a qual demandava não apenas a luta contra os dialetos regionais, mas também a instituição de padrões linguístico, cultural e social. Unidade e padronização passaram a ditar preceitos que deveriam ser alcançados. Papel que coube à instituição escolar cumprir.

Para o autor, a reforma de ensino ocorrida na França no século XVIII deflagrava um propósito de civilização, de transformação do camponês em francês, cujos valores deveriam ser construídos e assentados na contenção dos instintos, no conhecimento da ciência, na escolarização e na defesa de um espírito nacionalista. Em oposição a um passado obscuro, pretendia-se construir uma França *iluminada*, cujas representações não mais coadunavam com o passado.

A negação do passado pela tradição, seja ela oriunda de poderes centralizadores, de privilégios hereditários, de credices populares, era oficialmente confirmada pelo interesse da proliferação do ensino que se tornou público porque deveria atender a um objetivo “comum” – a formação de uma nação burguês-capitalista, que responderia aos conclames populares ao mesmo tempo em que propagava uma determinada visão de mundo. Enguita (1989, p. 31) sobre isso pondera:

Se os trabalhadores ocidentais adultos tiveram que ser moralizados e os nativos das colônias civilizados, os novos membros da sociedade têm que ser educados. Em qualquer dos casos, o objetivo é o mesmo: submeter seus impulsos naturais, ou o que deles ficara de pé nas velhas formas do trabalho, e romper suas tradições até levá-los às novas relações sociais de produção.

Moralização, civilização e educação foram estratégias para construção de uma ordem firmada no capital, cujo poder simbólico se ancorava em dualidades que versavam sobre dimensões positivas e negativas: urbano e rural, bárbaro e civilizado, ignorante e culto dentre outras. Imbricadas nos propósitos do desenvolvimento da nação, educação, moralização e civilização modelavam condutas, acalmavam espíritos contestadores, ditavam normas e regras, prescreviam conhecimentos e promoviam diferenciações. Entre o bárbaro e o civilizado, entre o ignorante e o escolarizado, entre o homem do campo e o homem da cidade, passado e presente coexistiam para além de valor semântico. Contexto que alicerçava a existência de bibliotecas.

As bibliotecas públicas dentre outros espaços formais de leitura

Nos países europeus, segundo Wittmann (2002), a biblioteca pública que atingiu o apogeu após 1750 tinha pouca representatividade pois não alimentava e, muitas vezes, contrariava a expectativa dos leitores, já que o processo de abertura desses espaços era longo, os horários e dias para acesso eram restritos, o espaço físico era inadequado para leitura (faltava iluminação e aquecimento), a relação entre leitor e livro ocorria sempre por intermédio do bibliotecário. Paineis que se proliferou no Brasil.

Além disso, como afirma Chartier (2004, p. 203), certas bibliotecas só aceitavam “pessoas de letras” ou “cientistas”, diferentemente das bibliotecas circulantes, mostradas por Wittmann (2002), as quais respondiam a dois propósitos: ao consumo extensivo de impressos como característica dos leitores modernos e ao acesso a livros por quem “por motivos sociais, financeiros ou geográficos, com baixo poder e motivação para aquisição, não tinha possibilidade de entrar numa sociedade literária” (WITTMANN, 2002, p. 157). Essas bibliotecas circulantes eram, no entanto, consideradas “incubadeiras do vício” da leitura, eram muitas vezes proibidas de circular e sofriam rígido sistema de controle.

O preconceito, assim como a censura, recaía sobre as bibliotecas circulantes, destinadas a leitores “populares”. Diferentemente disso, em termos de acervo e atendimento ao público leitor, considerados institutos “elevados” de cultura conforme apontou o autor citado, havia os gabinetes de leitura. Nesses espaços de leitura era possível encontrar

[...] uma pretensão francamente enciclopédica. Aqui se encontrava toda a amplitude do mercado editorial da época, de publicações técnico-científicas até obras completas de escritores, além de publicações estrangeiras. Além disso, um grupo muitas vezes anexo oferecia periódicos nacionais e estrangeiros. Tais firmas, que mostravam uma consciência do Iluminismo tardio mesmo com toda motivação comercial, podiam mais do que simplesmente existir em virtude das poucas e insuficientes bibliotecas públicas e/ou universitárias. (WITTMANN, 2002, p. 158)

Se nas bibliotecas circulantes o acervo oferecido ao público era de leitura de evasão, nos gabinetes de leitura a dimensão cosmopolita poderia ser encontrada, desde obras “técnico-científicas” até “publicações estrangeiras” e “periódicos nacionais e estrangeiros”. Alguns gabinetes de leitura estiveram ligados às livrarias. Lá o leitor, ao pagar um determinado valor, poderia encontrar diferentes materiais impressos. E mesmo que nem todo leitor pudesse pagar certo valor por leituras, limitando o público ali destinado, essas instituições formais de leitura permitiam o acesso ao livro sem necessariamente haver aquisição desse material. Em muitos casos, o acesso impulsionava o consumo, pois mesmo sem inicialmente adquirir o livro, essa aquisição posteriormente era feita, como exemplifica Chartier (2004) pela experiência de livreiro em um gabinete de leitura na França do século XVIII.

Os gabinetes eram geralmente amplos, possuíam salas de leitura, sala de exposição de artes e salão de música. Um dos sentidos de gabinete, segundo Schapochnik (1999), é aposento masculino localizado no interior da residência de famílias abastadas que, em função do dinamismo do período do império, tais gabinetes eram abertos ao público. Eles ainda eram parte de um ornamento cultural em que muito mais do que valorizar os acervos dava notoriedade aos seus proprietários.

Os espaços formais de leitura, com isso, reforçavam estereótipos de leitores. “Recanto propício para a introspecção e autonomia pessoal, daí figuravam nos gabinetes práticas de leitura silenciosas e individualizantes” (SCHAPOCHNIK, 1999, p. 40). O ato de ler em sua

dimensão privativa apontava um dos propósitos da leitura burguesa mostrados por Abreu (2001) e por Britto (2002). Independentemente do formato diminuto ou mais amplo, o gabinete era um local de locação e de comercialização de obras, espaço que figurava como estímulo ao comércio livresco. Pelo gabinete, a publicização do saber era ofertada, inclusive a outros segmentos sociais. Para o Schapochnik (1999), se o leitor tinha acesso ao livro por meio de empréstimo, podendo levá-lo para a casa, práticas de leitura oralizada, assim como silenciosa, seriam possíveis de ser realizadas. Nesse espaço, a ênfase era a leitura “recreativa”, embora intelectualizada e científica, mas que se diferia do espaço respeitoso de uma biblioteca pública.

Em Goiás, o primeiro gabinete de leitura foi criado em 10 de abril de 1864 na Província Meia Ponte, atual Pirenópolis. Talvez por ser um espaço formal de acesso a um grande número de pessoas, “aberto” ao público, diferentemente do que ocorria com as bibliotecas particulares, o Gabinete Literário Goiano foi considerado por Barros (2008, p. 88) a “primeira biblioteca pública” do Estado de Goiás. Decerto se o Gabinete Literário Goiano foi considerado a primeira biblioteca pública do Estado isso se deve ao acesso, em um mesmo espaço, de inúmeros leitores, sem que nenhum deles exercesse a tutela sobre esse espaço formal de leitura.

No entanto, antes da criação do Gabinete Literário Goiano, o periódico *A Matutina Meiapontense* assinalava, em 1832, a criação de uma biblioteca pública na capital goiana, antiga Vila Boa, mas isso não ocorreu. Nesse sentido, Barros (2008) reconhece o gabinete como primeiro espaço formal público de leitura em Goiás. A partir da análise do acervo que compunha esses espaço formal de leitura, por constarem obras em francês, produções que delineavam novos sentidos em relação ao vestuário, ao asseio pessoal, à dimensão estética, à ilustração e à moralidade, a autora afirma que tais dimensões deflagravam um suposto movimento de ilustração resultante de “uma elite letrada goiana com característica catalisadora de ideias estruturantes do século XIX” (BARROS, 2008, p. 95). Por mais que ela fosse aberta ao público indiscriminadamente selecionava leitores.

Desse modo, o gabinete alimentou anseios e leituras como fomentou imaginário. Situação que não foi diferente em Goiás, a formação ilustrada ganhou impulso no século XIX, em que uma elite intelectual, leitora de periódicos diversos, inclusive estrangeiros, fez parte também do imaginário da velha capital goiana, mostra Melo (2007). Sobre o Gabinete Literário Goiano, a autora apresenta inúmeras referências: a primeira, a partir da fala de um dos protagonistas de sua pesquisa, Sr. Gesco, em que ele afirma ser o “exemplo mais notável de biblioteca pública, que ainda hoje existe na velha capital, e que possui nas suas estantes de três a quatro mil volumes de bons livros”. A segunda, pelo estudo de Bretas, a qual relata que mulheres na antiga capital liam mais que homens, “saíam mais, iam às ruas acompanhadas de amigos [...] iam ao Gabinete Literário para tomar livros emprestados (romances principalmente), os quais liam avidamente” (MELO, 2007, p. 46). A terceira, apresentada em notas, assevera que Machado de Assis elogiava o gabinete, comentava sua dificuldade de funcionamento em função de verbas e expunha que “Goiás possui uma sociedade literária, criada há pouco menos de um ano, e sustentada pela vontade enérgica de seus iniciadores” (MELO, 2007, p. 52).

Historicamente, outros espaços “públicos” de acesso ao livro comungavam das características dos gabinetes. A Câmara da leitura, por exemplo, se diferenciava das bibliotecas públicas ao oferecer ao leitor um lugar confortável à leitura, onde ele teria acesso livre às estantes, encontraria um espaço aberto todos os dias, com periódicos atuais e livros de boa materialidade sobre assuntos variados (CHARTIER, 2004). Tal característica deflagrava de maneira conflituosa as peculiaridades que definiam não somente a normalização da biblioteca como local não confortável para leitura, aberto ao público em dias determinados, sem acesso livre às estantes, com acervo desatualizado, bem como a biblioteca em academias, cujas leituras eram obrigatórias, acentua o autor.

No entanto, pela restrição das Câmaras de leitura, prescreviam-se a quantidade de sócios, o número de empréstimos por associado e os livros que poderiam ser lidos. As sociedades literárias foram outra forma de acesso aos impressos. Elas dotavam-se de bibliotecas e, nos primórdios de sua criação, publicizavam revistas e jornais e se limitavam a círculos de leitura em que seus integrantes permaneciam como leitores em suas esferas pessoais, privadas, sem comunicação entre eles. O objetivo era suprir a “fome por informações”, isso no século XVII.

No século XVIII, normas de organização mais rígidas deram origem a um novo formato das bibliotecas nas sociedades de leitura. Elas não seriam caracterizadas pela particularidade, pela leitura individual, privada simplesmente. “O material de leitura era colocado à disposição [...] Para compra, empréstimo, finanças e administração eram necessárias linhas diretrizes [...] O local de conservação de livros logo se tornou local de reunião, onde se discutia sobre o que foi lido, se formavam opiniões” (WITTMANN, 2002, p. 159).

Tal qual ocorreu com a história dos gabinetes de leitura mostrada por Schapochnik (1999), os espaços formais de leitura deixaram de assumir foro intelectual privado e ganharam, muitas vezes, dimensão pública. Nesses espaços pactos eram efetivados, alianças estabelecidas e acordos políticos tramados. De forma semelhante ao percurso dos gabinetes de leitura e das bibliotecas das sociedades literárias, a Biblioteca Municipal Zeca Batista, biblioteca pública de Anápolis, foi também “palco de reuniões”, de “debates públicos” e de “encontros políticos”. Em Anápolis, encontros culturais ocorriam na biblioteca pública, inclusive estratégias políticas eram arquitetadas nesse espaço formal de leitura.

No entanto, a característica, nesse sentido, dos espaços formais de leitura foi se alterando, se intensificando ou se ampliando no decorrer dos tempos para que outras formas de sociabilidade pudessem ser promovidas, legitimadas e conjugadas com o encontro entre leitor e livro. Formas de organização do leitor e da leitura projetavam lugares de sociabilidade e o público a eles destinado, já que

Cada vez mais “bibliotecas de leitura” e “gabinetes de leitura” complementavam a sala de leitura através de outra sala, na qual se podia conversar e fumar, onde criados serviam refrescos, e não raro havia ainda mais salas para outros entretenimentos urbanos, como bilhar e outros jogos. (WITTMANN, 2002, p. 159, grifos do autor)

Embora esses espaços assumissem “feições” masculinas, isso não impedia que mulheres tivessem acesso aos impressos ali guardados, inclusive as mulheres eram alvo de produções romanescas ou muitos romances visavam atingir esse público leitor. Obras de escritoras também figuravam nos acervos dos espaços formais de leitura mesmo que sob pseudônimo, como acrescenta Schapochnik (1999). O próprio Gabinete Literário Goiano foi dirigido por uma plêiade de mulheres, de senhorinhas como eram chamadas, “pertencentes às camadas mais privilegiadas da sociedade” em 1926, como mostram Carvalho e Sant’Anna (2009, p. 105).

Por terem tempo disponível e entusiasmo para exercer um trabalho não remunerado, essa instituição formal de leitura possibilitou a ampliação dos espaços em que a mulher poderia frequentar e atuar, antes geralmente restritos aos ambientes privados como lar e escola. Permissão que expandiu alcance com as publicações jornalísticas por elas criadas nesse período, tal qual a *Folha Goiana*. A ocupação feminina em certos lugares, juntamente com a participação política, devia-se ao avanço dos movimentos feministas no início do século XIX. Em Goiás, nesse período, já havia a Federação Goiana para o Progresso Feminino (FGPF), filial da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).

Melo (2007) revela em sua pesquisa outros espaços de publicização de impressos em Goiânia, como livrarias, bazares, cafés, bancas de revistas e farmácias. Foram esses espaços

informais, juntamente com os espaços formais de leitura, que produziram um fervilhar de leitura na nova capital de Goiás, defende a autora. Muito mais do que isso, espaços formais de leitura sob domínio estrangeiro, como o inglês, contribuíram para que ideias de um novo tempo que despontava fossem implantadas no Brasil, tal qual a *British Subscription Library* (SCHAPOCHNIK, 1999). A possibilidade de acesso ao livro e a criação de outros espaços de leitura favorecia a circulação de ideias, o encontro de leitores, o debate “público”. Razão que justifica a defesa de Chartier (2004, p. 175 - 176):

Parece claro que todos os livros lidos não são livros possuídos: nas cidades do século XVIII, muitos deles são com efeito os locais de uma possível leitura pública, desde o gabinete do livreiro até a biblioteca, e é densa a circulação privada do livro, seja emprestado seja tomado de empréstimo, lido em comum no salão ou na sociedade literária. [...] para a massa parisiense, a cultura do impresso não é a do livro possuído, mas do pasquim ou do panfleto logo jogado fora, do painel ou do cartaz decifrado na rua, do livro que cada um leva consigo?

A própria biblioteca pública assumiu feições diferenciadas no decorrer dos tempos. Estudos específicos sobre ela com o advento dos cursos de especialização em Biblioteconomia nos Estados Unidos, na década de 1920, definiram e ampliaram a função desse espaço de leitura, redesenhando a relação biblioteca e sociedade, biblioteca e escola. A controvérsia sobre a imposição ideológica que lhe deu origem, sob o comando do Estado, passou a ser explicitada muito antes do século XX (MUELLER, 1984).

De uma perspectiva individual para uma amplitude social, teóricos norte-americanos e ingleses foram revendo o papel da biblioteca na sociedade. De uma instituição destinada à expansão da educação, da cultura em geral e de formas de lazer, ela passaria a incluir novas funções de caráter comunitário ligadas às necessidades de informação em atividades cotidianas. Apresentar discussões controversas, pontos de vista sobre o mesmo assunto, era a proposta de alguns defensores que viam a necessidade de a biblioteca rever o seu papel em função das transformações sociais. A vinculação desse espaço com a educação, incluindo a necessidade de educação de massa e campanhas de alfabetização, o destaque a uma política de leitura para o progresso do conhecimento, assegurando o “progresso da civilização” foram também defendidos. Todavia, nem todas essas discussões foram aceitas e seus propósitos implantados.

A palavra “mudança” caracterizou historicamente a relação leitor e livro, encontro que ocorre no espaço da biblioteca pública ou em outros espaços formais ou informais de leitura. A estrutura física da biblioteca, a fim de acolher e possibilitar o encontro entre leitor e livro em função da expansão do impresso e de tudo que a ele esteve ligado, também se alterou. Perdeu-se, por exemplo, a aura sagrada do livro, privilégio de poucos. Não somente isso, a forma de organização do acervo foi redefinida, novos impressos foram disponibilizados pela importância que outros meios veiculadores de informação assumiram no decorrer dos tempos, como o rádio e a televisão, assim como a internet, e a relação biblioteca e sociedade desde então tem sido repensada.

Nesse processo de revisitação, entender sentidos faz-se primordial porque a biblioteca alimenta saberes e fazeres que fomentam a necessidade de ser leitor não limitado ao processo da escrita. Estar em espaço próprio de leitura, com móveis e livros disponíveis para muitos alcances e objetivos instaura modos de ler, mas também visibiliza o leitor que se faz leitor porque fomenta representações que guardam ensejos com outros tempos históricos. A biblioteca, apesar dos problemas que ela enfrenta para se configurar como espaço praticado de leitura, é ainda lugar de acesso, de guarda e de memória. Por isso, discursos que recaem sobre ela devem ser sim transvestidos de desejo de transformação da realidade pela leitura, da leitura da realidade.

Referências

- ABREU, M. Diferença e desigualdade: preconceitos em leitura. In: MARINHO, M. (Org.). **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2001.
- ASSIS, W. R. **Os moderados e as representações de Goiás n'A Matutina Meiapontense (1830-1834)**. 2007. 102f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- BARROS, V. M. L. da. Livros e leitura do Gabinete Literário Goiano na sociedade oitocentista de Goiás. **Educativa**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 85-97, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/educativa/issue/view/54/showToc>>. Acesso em: 11 jul. 2011.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.
- BRITTO, L. P. L. Implicações éticas e pedagógicas no ensino e na promoção da leitura. **Leitura: Teoria e Prática**, ano 20, n. 39, out. 2002.
- CARVALHO, M. M.; SANT'ANNA, T. O Gabinete Literário e a Federação Goiana para o Progresso Feminino. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, n. 20. Goiânia: Asa Editora, 2009.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 11 ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- CHARTIER, R. **Origens culturais da Revolução Francesa**. Tradução George Schlesinger. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- _____. **Leitores e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- ENQUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- GOULEMOT, J. M. **O amor às bibliotecas**. Tradução Maria Leonor Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- LANGINS, J. Palavras e instituições durante a Revolução Francesa: o caso do ensino científico e técnico "revolucionário". In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (Org.). **História social da linguagem**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. (UNESP/Cambridge).
- LE GOFF, J. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- LOPES, E. M. S. T. **Origens da Educação Pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

MELO, O. C. **A invenção da cidade**: leitura e leitores. Goiânia: Editora da UFG, 2007.

MUELLER, S. P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, n. 13 (1), mar. 1984.

ORTIZ, R. **Cultura e Modernidade**: a França no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1991.

SCHAPOCHNIK, N. **Os jardins das delícias**: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial. 1999. 251f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

WITTMANN, R. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). **História da leitura no mundo ocidental 2**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.